

**A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: O REGIMENTO DE CAVALARIA DE AUXILIARES DURANTE OS GOVERNOS DE JOÃO PEREIRA CALDAS E GONÇALO LOURENÇO BOTELHO DE CASTRO (1759-1775)**

Dean Soares Rodrigues<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é um estudo que busca identificar a composição e distribuição do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania de São José do Piauí na segunda metade do século XVIII, mais precisamente, na administração dos dois primeiros governos da capitania, João Pereira Caldas (1759-1769) e Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (1769-1775). Logo, discorre sobre os caminhos que possibilitaram a composição desta força militar no território do Piauí.

A partir da segunda metade do século XVIII, no reinado de D. José I e do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo inicia-se um processo de fortalecimento do estado português na América. Bem como, em 1750 tem início um processo de reorganização da conquista das capitanias do Norte. Mediante esse contexto, D. José I iria determinar a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão,<sup>2</sup> transferir de São Luís para Belém o centro de poder e ficando responsável pela administração Francisco Xavier de Mendonça

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: dean.s.r@hotmail.com

<sup>2</sup> No ano de 1621, a colônia americana portuguesa foi dividida em dois territórios administrativamente separados que respondiam ambos diretamente a Lisboa: O estado do Brasil, com sede em Salvador, e o Estado do Maranhão, com centro administrativo em São Luís. O Estado do Maranhão e Grão-Pará permaneceu com essa designação até o ano de 1751, quando no reinado de D. José I e do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, transfere a capital administrativa de São Luiz para Belém e passa a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão. O Estado do Grão-Pará e Maranhão era composto pelas capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Rio Negro, mantida essa estrutura até o ano de 1772/1774, quando o governo português resolve dividir o Estado do Grão-Pará e Maranhão em duas unidades administrativas distintas: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772/1774 -1850), ficando a capitania do Rio Negro Subordinada ao Pará, e o Estado do Maranhão e Piauí (1772/1774-1811), ficando a capitania do Piauí subordinada ao Maranhão. Ambas, as unidades administrativas criadas ficaram subordinadas diretamente a Lisboa. Solução encontrada pela coroa portuguesa para resolver diferentes problemas, dentre eles, as disputas internas que se verificava entre os moradores do território do Maranhão e Pará. Cf. SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese de doutorado em História. USP, 2008.

Furtado nomeado Governador e Capitão-General do novo Estado (SANTOS, 2008, p. 29).

Nesse contexto de reformas é criada a Capitania do Rio Negro e a Capitania do Piauí, a primeira desmembrada do Pará e a segunda do Maranhão, que em meio aos problemas estabelecidos no Piauí, as dificuldades com os nativos, a mão de obra escrava e o crescimento da população em 1758 é criada oficialmente a Capitania do Piauí que sofreria mudanças significativas com vistas a se organizar no âmbito político-administrativo e militar. O império das desordens trouxe a necessidade de estabelecimento de forças capazes de impor a ordem e, ao mesmo tempo, defenderem os interesses do governo da metrópole. A composição do primeiro Regimento de Cavalaria Auxiliar naquele distante sertão, remonta a 1760/1761, paralelo a elevação da Vila da Mocha à categoria de cidade e à instalação das demais vilas, e seu contingente tinha o dever de sentar praça por período indeterminado na medida em que o governo da capitania fincava suas raízes e começava a se estruturar.

### **ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ**

Se nos atentarmos ao crescimento populacional do Piauí desde o final do século XVII, perceberemos um crescimento significativo. De acordo com o levantamento feito pelo Pe. Miguel de Carvalho no ano de 1697, demonstrou-se que o território do Piauí contava com apenas com 434 habitantes nas fazendas, distribuídos por grupos étnicos da seguinte forma: brancos 154, negros 208, índios que viviam nas fazendas 64 e mestiços 8 (BRANDÃO, 2015. p. 99, p. 109). Passado mais de meio século, no início da década de 60 do setecentos, o levantamento empreendido pelo governador João Pereira Caldas apontou uma população de 12.744 habitantes dispersos por todo o território (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 9, D. 547).

Paralelo a composição da força militar da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas estava incumbido de criar diferentes vilas. A carta Régia de 19 de Junho de 1761 ordenava ao governador do Piauí a fundação de vilas ao mesmo tempo em que a Vila da Mocha passa a ser cidade (AHU. Conselho Ultramarino. Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 8,

Documento 457), com o nome de Oeiras do Piauí, e capital da capitania que passa a se chamar São José do Piauí. No mesmo ano, o governador iniciou o processo para instalação das seguintes vilas: Vila de Parnaguá (antes Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá), Vila de Jerumenha (anteriormente denominada de Arraia dos D’Avilas e Freguesia de Santo Antonio do Gorgueya), Vila de Campo Maior (antes Freguesia de Santo Antônio do Surubim), Vila de Parnaíba (Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca, no povoado Testa Branca), Vila de Marvão (antes Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato) e Vila de Valença (antes Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes. Nesse contexto, o Piauí começava a se organizar no âmbito político-administrativo e militar (AHU. CU, série 016 Brasil-Piauí, C. 8, D. 507. Cf. AHU. CU, série 016 Brasil-Piauí, C. 8, D. 516).

O levantamento empreendido por João Pereira Caldas no ano de 1762 nos possibilita compreender melhor a distribuição da população urbana e rural, livre escrava da capitania Piauí.

<b>Distribuição da população da Capitania de São José do Piauí, em 1762</b>							
<b>CIDADE VILAS FREGUESIA</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA</b>			<b>POPULAÇÃO RURAL</b>			<b>TOTAL</b>
	<b>LIVRES</b>	<b>ESCRAVOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>LIVRES</b>	<b>ESCRAVOS</b>	<b>TOTAL</b>	
OEIRAS	715	465	1180	2102	1084	3186	<b>4.366</b>
VALENÇA	121	35	156	751	578	1329	<b>1.485</b>
MARVÃO	56	9	65	715	279	994	<b>1.059</b>
CAMPO MAIOR	128	34	162	1120	585	1705	<b>1.867</b>
PIRACURUCA	8	11	19	1747	602	2349	<b>2.368</b>
JERUMENHA	71	28	99	300	298	598	<b>697</b>
PARNAGUÁ	37	60	97	229	576	805	<b>902</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.136</b>	<b>642</b>	<b>1778</b>	<b>6.964</b>	<b>4.002</b>	<b>10966</b>	<b>12.744</b>

Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, série 016 Brasil –Piauí, Caixa 9, Documento 547.

Até o início da segunda metade do século XVIII, a única vila que havia sido criada era a Vila da Mocha, vivendo o Piauí em uma sociedade tipicamente rural. Com a elevação da vila da Mocha a categoria de cidade – Oeiras do Piauí – e a instalação das vilas, percebemos que 86,05% da população total viviam na zona rural e somente 13,95% da população total moravam na zona urbana – entendemos aqui por espaço urbano o

espaço territorial constituído dentro de uma racionalidade pombalina da segunda metade do século XVIII.

Quando voltamos nossa atenção para a cidade de Oeiras do Piauí, capital da capitania de São José do Piauí, observaremos que apenas 27,03% da população habitavam a zona urbana e 72,97% moravam na zona rural. Além disso, as freguesias que foram elevadas à categoria de vilas apresentam as mesmas características da cidade de Oeiras, ficando a vila de Valença com apenas 10,5% da população na zona urbana e a maior parte das pessoas cerca de 89,5% em zona rural; a Vila de Marvão com apenas 6,14% na zona urbana chegando a zona rural a ter 93,86%; a Vila de Campo Maior um total de 8,68% na zona urbana chegando aos 91,32% em sua zona rural; São João da Parnaíba que caracterizava o espaço urbano com insignificantes 0,8% e Piracuruca que continuou com o status freguesia com expressivos 99,2% dos moradores; a Vila de Jerumenha com 14,2% na zona urbana e 85,8% em zona rural e a Vila de Parnaguá com 10,75% no espaço urbano e cerca de 89,25% em zona rural.

O queremos demonstrar é que as dificuldades na qual se encontrava o governador, João Pereira Caldas, para promover a composição do Regimento de Cavalaria Auxiliar se configurava no modo de vida que levava a população do Piauí, onde a população entorno das vilas eram diminutas se espalhando pelos seus arredores e quando nos atentamos ao mundo rural a população ficava muito mais dispersa. Logo, as grandes distâncias entre as propriedades – fazendas – que compartilhavam de uma pecuária extensiva, necessitando de grandes extensões de terra para criação de gado dificultava a comunicação entre seus moradores e, conseqüentemente, ocasionariam problemas para reunir a tropa para o seu disciplinamento.

A tabela abaixo possibilita termos uma melhor compreensão da Capitania do Piauí com a quantidade de fogos (casas), fazendas e a distribuição da população livre e escrava na sua cidade, vilas, freguesias e distritos. As listas nominativas levantadas pela administração de João Pereira Caldas possibilitou conhecer os homens que viriam a ocupar os cargos “públicos”, além é claro, de oficiais e as fileiras dos soldados do regimento de cavalaria de auxiliares.

<b>Resumo de todas as pessoas livres, cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de São José do Piauí, em 1762</b>					
<b>CIDADE VILAS FREGUESIAS</b>	<b>CASAS E FAZENDAS</b>		<b>POPULAÇÃO URBANA E RURAL</b>		<b>TOTAL HABITANTES</b>
	<b>FOGOS</b>	<b>FAZENDAS</b>	<b>LIVRES</b>	<b>ESCRAVOS</b>	
<b>OEIRAS</b>	270		655	465	<b>1.120</b>
MILITAR PAGO			60		<b>60</b>
FREGUESIA	324	169	1411	1084	<b>2.495</b>
CAJUEIRO	28		354		<b>354</b>
S. JOÃO DE SENDE	30		337		<b>337</b>
<b>VALENÇA</b>	39		121	35	<b>156</b>
FREGUESIA	266	52	751	578	<b>1.329</b>
<b>MARVÃO</b>	19		56	9	<b>65</b>
FREGUESIA	176	39	715	279	<b>994</b>
<b>CAMPO MAIOR</b>	31		128	34	<b>162</b>
FREGUESIA	276	86	1.120	585	<b>1.705</b>
S. JOÃO DA PARNAÍBA	4		8	11	<b>19</b>
PIRACURUCA	330	84	1.747	602	<b>2.349</b>
<b>JERUMENHA</b>	16		71	28	<b>99</b>
FREGUESIA	77	51	300	298	<b>598</b>
<b>PARNAGUÁ</b>	34		37	60	<b>97</b>
FREGUESIA	130	55	229	576	<b>805</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.050</b>	<b>536</b>	<b>8.100</b>	<b>4.644</b>	<b>12.744</b>

Fonte: AHU. Conselho Ultramarino, série 016 Brasil –Piauí, Caixa 9, Documento 547.

Quando voltamos nossa atenção para o governos de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro percebemos um crescimento populacional na capitania. O crescimento demográfico, que aparece em levantamento feito pelo Ouvidor do Piauí, Antônio José Morais Durão, possibilitou uma melhor compreensão do crescimento da população que saltou de 12.744, em 1762<sup>3</sup>, para 19.191, em 1772 (AHU. CU. Série 016 Brasil – Piauí, C. 12, D. 684)<sup>4</sup>. Isso somado a outros fatores possibilitou ao segundo governo da história da capitania de São José do Piauí a propor um novo plano militar, como veremos mais adiante.

<sup>3</sup> Cf. PIAUÍ, Governo. Caldas, J. P. Resumo de todas as pessoas livres e cativas. Fogos e Fazendas da cidade, villas e sertões da capitania de São José do Piauí. Registro nº 0275, p. 102-103. Arquivo Público do Estado do Piauí: Sala do Poder Executivo. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: Perspectivas históricas do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015. p. 104.

<sup>4</sup> Cf. MOTT, Luiz. *Piauí colonial*. População, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. p. 107.

## O REGIMENTO DE CAVALARIA AUXILIAR DO PIAUÍ NO GOVERNO DE JOÃO PEREIRA CALDAS

O principal documento que estabelecia a montagem da máquina administrativa do Piauí é a Carta Régia, de 29 de Julho de 1758. Para Fabiano Vilaça dos Santos, que estudou as trajetórias dos governadores do Norte no Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1780), no que diz respeito a capitania do Piauí coloca que:

As diretrizes a serem seguidas pelo governador podem ser resumidas em quatro aspectos essenciais: estabelecimento do governo político, com todo o aparato necessário ao exercício das funções públicas; cumprimento das leis de 6 e 7 de Julho de 1755 a respeito da liberdade dos índios; organização do aparato militar; fundação das vilas para abrigar a população dispersa pelo interior, inclusive, os índios que deveriam ser mantidos afastados da tutela temporal dos religiosos, conforme o Diretório. O aspecto mais detalhado na carta régia dizia respeito a organização militar. João Pereira Caldas deveria montar um Regimento de Cavalaria Auxiliar na vila da Mocha, formado por 10 companhias com 60 praças cada. As indicações para o posto de tenente-coronel, capitão, tenente, alferes e furriel deveriam ser submetidas à aprovação do governo do Estado, uma vez que o Piauí torna-se independente no plano administrativo, mas continua subordinado no militar. O documento prescrevia claramente todos os detalhes da formação da tropa a qual Pereira Caldas, na qualidade de autoridade máxima da capitania, fora nomeado coronel. Mas, na prática, o governador enfrentou sérias dificuldades para satisfazer a um modelo de Regimento oriundo da metrópole, que absolutamente não dava conta da realidade de um lugar com população escassa e dispersa. (SANTOS, 2008, p. 262-263)

Em ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, dirigido ao secretário de estado da marinha e ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, descreve-se a sua chegada ao território do Piauí ao mesmo tempo que relata os problemas e o estado em que encontrou a capitania. Os pontos principais se referiam ao território, os povoados, freguesias e assentamentos de nativos, a precariedade do comércio, a pobreza em que se encontrava a população, a falta de acomodações como uma casa destinada ao governo, além da falta de um almoxarifado (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí. C. 6, D. 381). Numa perspectiva geral, a capitania do Piauí na segunda metade do século XVIII, apresentava precariedade nas esferas administrativas, políticas, econômicas e social como um todo.

O Piauí, povoado por uma população pobre de homens do campo, onde muito dos seus afazeres se destinava a própria labuta com a terra e a criação de gado, encontraria na

instalação do governo, com todo o seu aparato político-administrativo e militar, uma oportunidade de ascender socialmente.

Logo que toma posse do governo, João Pereira Caldas cuida da formação do Regimento de Cavalaria Auxiliar e percebendo que na Villa da Mocha seria impossível formar todas as ditas companhias, pelo motivo do Piauí possuir baixo nível demográfico, o governador resolveu distribuí-las por todas as Freguesias da Capitania (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí. C. 6, D. 398). Diante de tal dificuldade, o governador do Piauí, em carta ao rei de Portugal, discorre sobre a formação do dito regimento, como podemos observar:

Em consequência da referida Real ordem, logo que tomei posse deste governo, cuidei na sua execução, e vendo que nesta Villa, e Freguesia me fora impossível formar todas as Companhias do dito Regimento, pella pouca gente que há nella, como sucede nas mais, me resolvi a dividir as referidas Companhias, para a sua formatura, por todas as Freguesias desta Capitania, mandando nelas fixar editais, nos quais mandei declarar que toda a pessoa que quisesse se porsse aquelles Posttos, os podia fazer, dirigindo a Secretaria deste governo os seus requerimentos, e quando eu esperava que fossem muitos os opositores a elles, quem tal dissera, me achei com raríssimos, vendo-me na precisão de andar convidando semelhantes homens para ocuparem os Posttos, com que vossa Magestade os manda honrar, e de que elles sejam em bem indignos. (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí. C. 6, D. 398)

O quadro de oficiais começou a ser composto por decreto do rei D. José I, em 1 março de 1760, nomeando o tenente de Cavalaria de Alcântara do Maranhão, Joaquim Antônio de Barros, para o posto de sargento-mor do Regimento de Cavalaria do Piauí (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí. C. 7, D 401).

Na mesma data, observamos outro decreto em que o rei de Portugal nomeia o Furriel do Regimento de Cavalaria do Cais, Luís Antônio Gamboa, para o posto de Ajudante do Regimento, no qual o governador do Piauí estava incumbido de formar (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí. C. 7, D. 402).

Quanto à disposição espacial, o governador João Pereira Caldas resolveu distribuir todas as companhias pelas principais Freguesias da capitania, a saber: Vila da Mocha (três Companhias dos oficiais mais graduados), Freguesia de Santo Antônio do Surubim (duas Companhias), Freguesia de Piracuruca (uma Companhia), Freguesia de Rancho do Prato (uma Companhia), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (uma

Companhia), Freguesia do Gorgueya (uma Companhia) e Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá (uma Companhia).

O governador João Pereira Caldas relata ao secretário da Marinha e Ultramar os problemas encontrados para a montagem das companhias de cavalaria auxiliares. Primeiro, que a organização espacial do Regimento mais se assemelha a de Ordenança que iram receber os mesmos privilégios das tropas pagas; segundo, coloca que, dificilmente, se poderá disciplinar todas as dez companhias por estarem todas divididas, ao tempo em que os moradores que irão ocupar as fileiras de soldados ficam a dez, vinte, trinta e mais léguas de distâncias entre si; terceiro, as grandes distancias impossibilitaria os mesmos de se reunirem repetidas vezes como era preciso para se disciplinarem (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 7, D. 407).

Outro problema para composição da força militar, mencionado em documentação do governo, foi a falta de interesse dos habitantes em participar do Regimento. Assim, como o Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia estava trabalhando na composição do governo civil das diferentes vilas levantando o nome das pessoas mais “idôneas” para trabalhar, o governador dispusera de poucos homens ditos como “bons” para ocupar os postos de oficiais do Regimento de Cavalaria Auxiliar, em ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Piauí coloca sua indignação com tal situação (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 7, D. 407).

Um outro atraso na formatura do regimento auxiliar se dava por conta da falta dos oficiais nomeados pelo rei D. José I, que ordenou marcharem para o Piauí para compor o quadro de oficiais do dito regimento, em ofício de 13 de outubro de 1760, do governador ao secretário da Marinha, que devido às grandes distâncias entre a capitania do Maranhão e do Piauí, os mesmos demoraram a se apresentar (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 7, D. 424).

Contudo, o trabalho do governador em conjunto com o desembargador Francisco Marcelino de Gouveia proporcionou no decorrer do tempo a montagem estrutural dos Corpos militares da capitania. Em ofício de 15 de outubro de 1760, o governador do Piauí comunica ao secretário da Marinha sobre a relação dos oficiais nomeados para o



Regimento de Cavalaria Auxiliar e as normas que os mesmos deveriam seguir com disciplina e rigidez (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 7, D. 427).

O governador menciona que “*Na dita relação se não faz menção dos Postos de Sarg.<sup>to</sup> Major, e Ajudante, porque estes se achão providos por S. Mag.<sup>e</sup>; nem do de Tem.<sup>te</sup> Coronel, pellas causas que referi em conta que remeti a essa Secretaria de Estado em data de 28 de Fevereiro deste anno*” (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 7, D. 427). Em comunicação ao rei D. José I e ao secretário da Marinha, Tomé Joaquim da Costa Corte Real nos diz que “*Nellas não inclui os Posttos de Tenente Coronel do sobredito Regimento, por não achar nesta Capitania sujeito capaz de o ocupar, conhecendo que aquelle, que nelle se prover, hé o que há de suprir qualquer falta minha, devendo por esta causa, ter as circunstancias necessarias, para os poder, e saber fazer*” (AHU. CU, série 016 Brasil – Piauí, C. 5, D. 398). No entanto, posteriormente, para o posto de elevada importância o governador do Piauí e coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar, João Pereira Caldas, apresenta o Capitão João do Rego Castelo Branco que já algum tempo estava incumbido da conquista dos nativos no território do Piauí.

O grosso da tropa, os soldados, era composto por homens humildes e livres de reduzidos recursos. O Regimento de Cavalaria Auxiliar era composto por dez Companhias de 60 praças cada uma, importa ao todo, em praças do Regimento, um número de 600 praças, além de seus oficiais, desdobrados no quadro abaixo:

Companhias do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania do Piauí 1760					
1760/ 1761	OFICIAIS CAPITÃES	TENENTES	ALFERES	FURRIÉIS	P
1ª CIA	Coronel	José Esteves Falcão	Jose Antonio Monteiro	Manoel Antonio de Torres	60
2ª CIA	Tenente-Coronel	Manoel Pacheco tavora	Manoel Vicente Costta	Jose Antonio Madeira	60
3ª CIA	Sargento-mor	Luís Pereira de Magalhaens	Antonio Jose de Queiroz	Francisco Xavier Linno	60
	Ajudante				
4ª CIA	Luis Miguel dos Anjos	Antoneo Ribeiro Nunes	Verissimo Ferr. <sup>a</sup> Soares	Luis Homem de Magalhaens	60
5ª CIA	Manoel da S. <sup>a</sup> Lobatto	Manoel Amado de Araujo	Francisco Jose de Castro Marinho	Antonio Carlos de Castro Monis	60

<b>6ª CIA</b>	Manoel de Barros Taveira	João Rodrigues Beserra	Francisco Marques de Carvalho	Pascoal da Costa Pereira	60
<b>7ª CIA</b>	Agostinho Ribeiro Nunes	Miguel Alvares	Vicente de Torres Costa	Antonio Pintto	60
<b>8ª CIA</b>	Francisco da Cunha e Silva	Belchior de Castello Branco	Manoel Borges Leal	Carllos Luis de Castello Branco	60
<b>9ª CIA</b>	Manoel Ferr. <sup>a</sup> Pinto Brandão	Rosendo Lopes	Lourenço Lopes de Castello Branco	João Lopes Castello Branco	60
<b>10ª CIA</b>	Manoel de Barros Rego	Francisco Carvalho da Cunha	Boa Ventura Ferr. <sup>a</sup> da Costta	Bras Dias dos Reys	60

Fonte: Quadro elaborado a partir de documento do Arquivo Histórico Ultramarino. Concelho Ultramarino, Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 7, Documento 427

No comando dos oficiais e dos soldados, compondo assim o Estado Maior do Regimento, João Pereira Caldas, coronel, responsável imediato pela companhia da Vila da Mocha; João do Rego Castelo Branco, tenente-coronel, responsável imediato por outra companhia da mesma vila e assumindo o comando de todo o aparato militar da capitania de São José do Piauí na falta do seu coronel e Joaquim Antônio de Barros, como sargento-mor. Cada companhia foi representa pelo nome do seu respectivo capitão, exceto as que estavam subordinadas aos oficias do Estado Maior – companhia do coronel, do tenente-coronel e do Sargento-mor.

Christiane Figueiredo Pagano de Mello ao estudar os corpos militares da América portuguesa da segunda metade do século XVIII, através de uma história comparada, entre as áreas de guerra aberta (Centro-Sul) e nas áreas de prevenção militar (Norte da América portuguesa), diz que:

[...] essa intensa militarização da população masculina que os dados do censo demonstraram não necessariamente corresponde à realidade militar da Capitania. É importante considerar que, era prática comum na época se estabelecer muitas tropas militares com o propósito de haver muitos oficiais. Para se manterem como oficiais, estes formavam listas de pessoas inválidas por idade, enfermidade ou pobreza. [...] Assim, ocorre a multiplicação das cabeças desses corpos – o número de oficiais. Porém, as cabeças não correspondiam aos corpos, que muitas vezes só existiam nas listas entregues aos governadores, e não raramente com a conivência dos próprios governadores. Os motivos que levavam estes oficiais a se empenhar na obtenção ou manutenção da patente, longe de ser a dedicação ao Real serviço, eram os seus próprios interesses: os cobiçados privilégios e isenções que as patentes representavam. [...] Essa prática era recorrente nas Capitânicas do Centro-Sul envolvidas nas disputas armadas do Prata. O que constituía matéria especialmente grave, por que as demandas militares eram constantes e acentuadas nessas Capitânicas. Se esse desvio acontecia em um contexto de

guerra, penso que estava fortemente presente, também, no Norte da América. (MELLO, 2016, p. 77)

A historiadora chega a essas conclusões pelo fato de que as colônias do Centro-Sul viviam uma situação de guerra permanente em contraposição a situação militar dos territórios do Norte que viviam numa situação militar de prevenção optando pela diplomacia e não pela política agressiva de guerra.

No decorrer do governo de João Pereira Caldas, os Corpos de Auxiliares sofreriam um processo de reorganização que aconteceu em todo o território luso-brasileiro. A este assunto nos esclarece Francis Albert Cotta que:

[...] em meados do século XVIII, sob as influências das reformas militares do Conde de Lippe e dos conflitos contra os espanhóis no sul da América portuguesa, os corpos auxiliares foram reorganizados. O diploma utilizado foi Carta-Régia de 22 de março de 1766, divulgada a todos os capitão-generais das capitanias. (COTTA, 2004. p. 220)

Posto isso, mudanças substanciais ocorreriam na composição das tropas militares da Capitania do Piauí, mas que só foram colocadas em práticas no ano de 1768, com a criação de novas forças militares incluído um Terço de Infantaria Auxiliar, que reservaremos para tratar em estudos posteriores.

Cumprido dizer que a composição das referidas forças militares não se estabeleceu de maneira fácil, isto é, as poucas condições humanas e materiais da capitania dificultavam. E tão pouco obedeceram com rigor as políticas e normas do governo português. No entanto, o crescimento da população nos anos que se seguiram contribuíram para que o segundo governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, trabalhasse para atender as exigências do primeiro secretário do Rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo.

## **O GOVERNO DE LOURENÇO BOTELHO DE CASTRO E A CAPITANIA DO PIAUÍ**

Em 8 de novembro de 1768 o então rei de Portugal, D. José I, resolve substituir o governador, João Pereira Caldas, pelo Capitão-tenente das Naus da Armada real e ajudante de Ordens, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (AHU. CU, série 016 Brasil –

Piauí, C. 10, D. 601), cuja posse do governo da capitania ocorreu em três de agosto de 1759.

Ao receber o governo Gonçalo Lourenço deveria dar prosseguimento as políticas empreendidas pelo primeiro governador. Gonçalo Lourenço encontrou uma estrutura militar já montada na capitania, mas isso não o impediu de propor um plano militar em 1772. No que se refere ao Regimento de Cavalaria criado em 1760/1761 por João Pereira Caldas, o quadro a seguir nos dará um panorama de como se encontrava a referida força militar e a necessidade de oficiais e soldados.

<b>Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania de São José do Piauí, em 1772</b>																
<b>Em 15 de Agosto de 1772</b>	<b>Estado Maior</b>										<b>Cabo de Esquadra</b>	<b>Tambores</b>	<b>Trombetas</b>	<b>Soldados</b>	<b>Total</b>	
	<b>Superior</b>					<b>Inferior</b>										
	<b>Coronel</b>	<b>Mestre de Campo</b>	<b>Tenente Coronel</b>	<b>Sargento Mor</b>	<b>Ajudante</b>	<b>Capitães</b>	<b>Tenentes</b>	<b>Alferes</b>	<b>Sargento</b>	<b>Furriéis</b>						
Agregados																
Doentes						1			3	1				68	73	
Mortos														7	7	
Desertados														30	30	
Presos										1					1	
Licença						1	1	2		1				32	37	
Destacados			1		1					1				18	21	
Efetivos				1		2	8	8		4	33				396	452
Faltam para completar	1					4				1	5		10	159	180	
Estado completo	1		1	1	1	7	10	10		10	40		10	710	801	

Fonte: Quadro elaborado a partir de documento do Arquivo Histórico Ultramarino. Concelho Ultramarino, Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 12, Documento 694.

Diante do quadro exposto, podemos verificar o estado da Companhia de Cavalaria de Auxiliares da Capitania de São José do Piauí, pouco mais de uma década de sua formação. O posto de Coronel do referido regimento era ocupado pela autoridade máxima

da capitania o então, João Pereira Caldas, que fora nomeado para outro posto do real serviço. Com a partida do Coronel, ficou responsável direto por todas as companhias distribuídas por todo o território o Tenente-Coronel, João do Rego Castelo Branco, que passou a ter grande influência não só entre seus oficiais subalternos e soldados como também no jogo político, ou melhor, no jogo do poder que se faziam entres as elites locais.

O posto de Sargento-mor permanecia com seu respectivo oficial, no entanto seu Ajudante no ano em que estamos observando encontrava-se destacado atuando fora do seu perímetro. Com relação aos 7 (sete) Capitães que deveriam compor o regimento de cavalaria auxiliar apenas 2 (dois) encontravam-se efetivos e 1 (um) capitão gozando de licença o que nos leva a pensar que dos 7 (sete) que deveriam ocupar esta função 4 (quatro) não chegaram a ocupa-la. Logo, no plano militar apresentado pelo então governador, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, nenhum capitão encontrava-se doente até aquele momento, mortos ou por motivos qualquer desertados da tropa muito menos presos ou destacados. Podemos propor que os postos não foram ocupados, primeiro, pela recusa dos indicados; ou segundo, sendo indicados para os referidos postos ocuparam outros cargos da “República” o que ocasionou a não confirmação de patente. Logo, na análise da documentação, posterior a montagem da estrutura militar, observamos como responsáveis por determinadas companhias apenas o tenente, que representava um oficial subalterno da companhia.

Dentre os 10 (dez) Tenentes indicados para ocuparem os posto de oficias das companhias de cavalaria de auxiliares do Piauí foi possível identificar todos lotados nos seus devidos lugares, no entanto apenas 8 (oito) no ano de 1772 encontravam-se efetivos, 1 (um) de licença e 1 (um) doente.

Os Alferes, que vinham na hierarquia militar logo abaixo dos tenentes dos 10 (dez) indicados, todos estavam inseridos nas suas respectivas companhias, porém 2 (dois) deles estavam de licença.

O Regimento necessitava de 10 (dez) Furriéis, pois observamos que apenas 9 (nove) ocuparam os respectivos postos, dentre estes, somente 4 (quatro) estavam atuando e os demais estavam: 1 (um) destacado, 1 (um) de licença e 3 (três) estavam doentes.

O Cabo de Esquadra necessitava de um maior número para a composição das forças num total de 40 (quarenta), porém o governador apresenta a necessidade de 5 (cinco) para completar o quadro do Regimento, pois 33 (trinta e três) estavam efetivos, 1 (um) preso e 1 (um) doente.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro apresenta em seu plano militar uma necessidade de 10 (dez) Trombetas. O número de soldados é o mais expressivo, apresentando o governador a necessidade de 159 (cento e cinquenta e nove) soldados para completar a estrutura do Regimento de Cavalaria Auxiliar que contava com 396 (trezentos e noventa e seis) soldados efetivos, 18 (dezoito) destacados, 32 (trinta e dois) de licença, 30 (trinta) desertados, 7 (sete) mortos e 68 (sessenta e oito) doentes.

Frente ao que evidenciamos aqui, alguns fatores contribuíram para composição e distribuição do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania de São José do Piauí: o crescimento demográfico, a elevação da vila da Mocha a categoria de cidade e a criação das diferentes vilas que em levantamento feito pelo Ouvidor do Piauí, Antônio José Morais Durão, apontando uma relação dos moradores, fazendas e sítios do Piauí, com as qualidades de sexos e idades, possibilitou a compreensão do crescimento da população que saltou de 12.744, em 1762<sup>5</sup>, para 19.191, em 1772 (AHU. CU. Série 016 Brasil – Piauí, C. 12, D. 684)<sup>6</sup>. Conforme podemos observar no quadro logo abaixo.

<b>Distribuição da População do Piauí por Distrito 1772</b>			
<b>CIDADE/VILAS</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA</b>	<b>POPULAÇÃO RURAL</b>	<b>TOTAL</b>
OEIRAS	1.252	4.448	5.700
PARNAGUÁ	191	2.242	2.433
JERUMENHA	81	1.450	1.531
VALENÇA	407	2.129	2.536

<sup>5</sup> PIAUÍ, Governo. Caldas, J. P. Resumo de todas as pessoas livres e cativas. Fogos e Fazendas da cidade, villas e sertões da capitania de São José do Piauí. Registro nº 0275, p. 102-103. Arquivo Público do Estado do Piauí: Sala do Poder Executivo. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: Perspectivas históricas do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015. p. 104.

<sup>6</sup> Cf. MOTT, Luiz. *Piauí colonial*. População, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. p. 107.

MARVÃO	93	1.233	1.326
CAMPO MAIOR	363	2.608	2.971
PARNAÍBA	337	2.357	2.694
<b>TOTAL</b>	<b>2.724</b>	<b>16.467</b>	<b>19.191</b>

FONTE: Quadro elaborado a partir de documento do Arquivo Histórico Ultramarino. Concelho Ultramarino, Série 016 Brasil – Piauí, Caixa 12, Documento 684.

Assim, evidenciamos que, por sua vez, se atrela, sensivelmente, a esta conjuntura de crescimento demográfico a elevação de algumas freguesias em vilas, que seguiam a política pombalina de povoamento. No entanto, diante do quadro, percebemos que mesmo depois da elevação da Vila da Mocha à categoria de cidade, e à elevação das demais freguesias na condição de vilas, o território piauiense ainda permaneceu tipicamente rural. É bem verdade que a formação das vilas influenciaram diretamente a formação da força militar no Piauí, mesmo assim, as condições locais influenciaram significativamente na estrutura das mesmas. As forças militares não só influenciaram como foram influenciados por estas políticas, logo, a criação das vilas necessitava de um corpo burocrático político-administrativo, que por sua vez demandavam a composição de corpos militares, que seriam formados pela população local, dos setores urbanos e rurais.

Portanto, devemos perceber que a composição e distribuição dos referidos corpos por todo o território da América portuguesa faziam parte de uma política de intensificação de recrutamento, políticas de fortalecimento do sistema defensivo da colônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos referimos a toda essa estrutura política-administrativa-militar não podemos pensar que a Capitania do Piauí encontrava-se em um estado avançado de desenvolvimento, pelo contrário, o que se tinha até a chegada do primeiro governador, João Pereira Caldas, era um espaço tipicamente voltado para o mundo rural onde os homens e mulheres que aqui se estabeleceram estavam ligados intimamente ao campo, a terra. O que não se alterou com o passar do tempo. De certo que toda essa estrutura proporcionou paulatinamente o surgimento de potentados locais. Ora, se antes se tinha um mundo rural onde os mesmo sujeitos estavam dispersos por todo o território

respondendo diretamente ao seu senhor local, fazendeiros, possuidores de terra e de gado, o quadro não se altera com tentativas de mudanças na estrutura social vigente. O que acontece é uma soma de fatores que proporcionara a ascensão de algumas famílias ao poder e que se perpetuará por muitos séculos adiante.

Em suma, conclui-se que a composição e distribuição do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania de São José do Piauí com base na historiografia alinhava-se às políticas administrativas da Coroa Lusitana para o fortalecimento e a manutenção do estado português. Por fim, o resultado deste trabalho possibilitará pesquisas futuras quanto ao processo de fortalecimento da referida força e a influência da mesma na constituição da sociedade piauiense.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*. 4. Ed. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectivas históricas do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.

COSTA, Ana Paula Pereira. *A atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2006.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*: - 3. Ed. v. 1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões*. Política da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2004. 307 f.

CRISPIN, Ana Carolina Texeira. *Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

FALCON, Francisco José C. *A época Pombalina* (política economia e monarquia ilustrada). 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ática, 1993.



GOMES, Diego Veloso. *Dos corpos militares no território do ouro: a composição da força militar nas minas e capitania de Goiás (1736-1770)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2013.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

MELLO, C. F. Pagano de. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2009.

\_\_\_\_\_. *As áreas de guerra aberta e as de prevenção militar. O centro-sul e o norte da América portuguesa (segunda metade do século XVIII)*. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 58-82, 2016.

MOTT, Luiz. *Piauí colonial. População, economia e sociedade*. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

PAGANI, Edson Moisés. *Das armas e dos homens: estudo das sociabilidades dos integrantes das companhias auxiliares de cavalaria da vila de Curitiba (1765-1777)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese de doutorado em História. USP, 2008.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.